



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

No dia 30 de abril p.p., os deputados abaixo-assinados enviaram à Câmara Municipal de Viseu o Requerimento 645-AL/XIII/4 sobre “Caminho de Santiago”, sem que, até à data, tivesse chegado ao Grupo Parlamentar do CDS-PP qualquer resposta.

De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, terminou já o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta.

Os deputados abaixo-assinados vêm, deste modo, submeter novamente as questões anteriormente colocadas, abstendo-se de repetir os considerandos formulados no Requerimento 645-AL/XIII/4, aguardando resposta no prazo fixado pela lei.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, a seguinte informação:

**1. Tem V. Exa. conhecimento da aprovação, a 7 de fevereiro p.p., do Decreto-lei que regula a valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários e da criação de um órgão de coordenação nacional?**

**2. Houve algum contacto prévio do Governo para com a Autarquia a que V. Exa. preside sobre este assunto?**

**3. Tem V. Exa. conhecimento de quem integra o referido órgão de coordenação nacional? A Autarquia já foi contactada por algum dos seus responsáveis?**

**4. Considera V. Exa. que o Caminho de Santiago reúne, no seu concelho, todas as condições necessárias, nomeadamente:**

**a) albergues?**

**b) locais para pausa e/ou descanso?**

**c) serviços básicos de apoio, nomeadamente, na área da saúde?**

**d) sinalética de tipo direcional, interpretativa e informativa, com informação em braille e Qrcode?**

**e) bons trajetos quer pedonais quer de ciclovias?**

**5. Considera V. Exa. que o Caminho de Santiago está, no seu concelho, em condições de ser certificado e, conseqüentemente, ser reconhecido internacionalmente e integrar o conjunto de caminhos oficiais de Santiago? Se não, o que falta para que tal aconteça?**

**6. Existe cultura de parceria entre os municípios que integram o mesmo Caminho de Santiago que a Autarquia a que V. Exa. preside? Se não, quais são, no entender de V. Exa., os motivos que impedem que isso se verifique?**

**7. Como classifica V. Exa. o relacionamento entre a Autarquia e a tutela, especificamente no que diz respeito a medidas que visem o Caminho de Santiago?**

**8. Considera V. Exa. positivo o impacto económico e social do Caminho no seu concelho? Se não, quais são, no entender de V. Exa., os pontos a melhorar para que isso aconteça?**

**9. Tem havido interesse de privados em investir no concelho, por causa de este integrar o Caminho de Santiago?**

Palácio de São Bento, 2 de julho de 2019

Deputado(a)s

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

TERESA CAEIRO(CDS-PP)